



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

LIDO, AUTUE-SE E
INCLUA EM PAUTA

12 DEZ 2023

1º Secretário

PROTOCOLO

Estado de Rondônia
Assembleia Legislativa

12 DEZ 2023

Protocolo: 08/23

PROPOSTA DE EMENDA À Nº
CONSTITUIÇÃO

08/23

AUTOR: COLETIVO

Acrescenta os §§ 16 e 17 ao artigo 20 da
Constituição do estado de Rondônia e dá
outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo § 3º do artigo 38 da Constituição do estado de Rondônia, promulga a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º Ficam acrescentados os §§ 16 e 17 ao artigo 20 da Constituição do estado de Rondônia, passando a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 20.
.....

§ 16 Ao servidor licenciado são assegurados todos os direitos e demais vantagens de qualquer natureza *pro labore faciendo e propter laborem* do cargo efetivo, sem prejuízo dos vencimentos, da remuneração, das gratificações, dos auxílios, dos adicionais e das indenizações como se exercendo o estivesse.(NR)

§ 17 Para fins de evolução na carreira e recebimento de gratificação de desempenho, os servidores afastados nos termos desta Emenda Constitucional não integrarão os respectivos grupos sob avaliação, atribuindo-se-lhes os pontos correspondentes ao conceito máximo das classes a que pertencerem.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 29 de novembro de 2023.

AFFONSO CANDIDO
Deputado Estadual – PL

ALAN QUEIROZ
Deputado Estadual – PODEMOS



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO		PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	Nº
	AUTOR: COLETIVO		
<div><div><p>ALEX REDANO Deputado Estadual – REPUBLICANOS</p><p>CIRONE DEIRO Deputado Estadual – UNIÃO BRASIL</p><p>DELEGADO CAMARGO Deputado Estadual – REPUBLICANOS</p><p>DRA TAÍSSA Deputado Estadual – PODEMOS</p><p>EZEQUIEL NEIVA Deputado Estadual – UNIÃO BRASIL</p><p>IEDA CHAVES Deputada Estadual – UNIÃO BRASIL</p></div><div><p>CÁSSIO GOIS Deputado Estadual – PSD</p><p>CLÁUDIA DE JESUS Deputado Estadual – PT</p><p>DELEGADO LUCAS Deputado Estadual – PP</p><p>EDEVALDO NEVES Deputado Estadual – PATRIOTA</p><p>GISLAINE LEBRINHA Deputada Estadual – UNIÃO BRASIL</p><p>ISMAEL CRISPIN Deputado Estadual – MDB</p></div></div>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO		PROPOSTA DE EMENDA À	Nº
		CONSTITUIÇÃO	
AUTOR: COLETIVO			
<div><div><p>JEAN MENDONÇA Deputado Estadual – PL</p><p>LAERTE GOMES Deputado Estadual – PSD</p><p>LUIZINHO GOEBEL Deputado Estadual – PODEMOS</p><p>NIM BARROSO Deputado Estadual – PSD</p><p>RIBEIRO DA SINPOL Deputado Estadual – PATRIOTAS</p></div><div><p>JEAN OLIVEIRA Deputado Estadual – MDB</p><p>LUIS DO HOSPITAL Deputado Estadual – MDB</p><p>MARCELO CRUZ Deputado Estadual – PATRIOTA</p><p>PEDRO FERNANDES Deputado Estadual – PTB</p><p>ROSÂNGELA DONADON Deputada Estadual – UNIÃO BRASIL</p></div></div>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO

PROPOSTA DE EMENDA À N°
CONSTITUIÇÃO

AUTOR: COLETIVO

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

A presente proposta de Emenda à Constituição, observando a Lei Complementar n° 68, de 9 de dezembro de 1992, tem a finalidade corrigir e acrescentar diretrizes para a licença de mandato classista.

Esta proposta visa corrigir as injustiças ocorridas atualmente, preservando o direito do servidor em ter as progressões e sua remuneração integralmente preservada, a tese encontra-se estabelecida na Constituição Estadual no artigo 20, § 3º, que assegura o exercício de mandato classista, sem prejuízo da remuneração integral, a qualquer título.

Acerca do tema, na Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 510 /AM¹ – AMAZONAS, o Supremo Tribunal Federal – STF já decidiu:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. AFASTAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL DO CARGO PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO EXECUTIVA EM INSTITUIÇÃO SINDICAL REPRESENTATIVA DA CLASSE. ART. 110, § 7º, DA CONSTITUIÇÃO DO AMAZONAS. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. 1. A regulamentação superveniente do dispositivo impugnado não importa perda de objeto da ação direta ajuizada. 2. O exercício de função executiva em instituição sindical não se confunde com o exercício de mandato eletivo, previsto no art. 38 da Constituição da República. 3. Possibilidade de norma constitucional estadual assegurar aos servidores públicos estaduais dirigentes sindicais o afastamento do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração e das vantagens inerentes ao cargo público. 4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

Neste contexto, a apresentação dessa proposição em onde se inclui os parágrafos necessários para proteger o Servidor Público Estadual de decisões arbitrárias, se encontra em harmonia com o recentíssimo precedente da Suprema Corte.

Assim, solicito o apoio dos Pares no sentido para aprovação desta relevante Proposta de Emenda à Consituição.

¹ <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1520476>